

## Mudança Económica em Áreas Rurais Uma Visão Evolucionista

João Ferrão<sup>1</sup>

### O. INTRODUÇÃO

Apesar das transformações recentes e da diversidade de situações que caracterizam os espaços rurais europeus, continua a ser vulgar a associação, no seio da opinião pública, entre este tipo de áreas e perfis produtivos relativamente uniformes e basicamente dependentes de recursos naturais. É verdade que a defesa, hoje bastante divulgada, da multifuncionalidade dos espaços rurais sugere uma leitura mais sensível à diversidade económica destes territórios em alguns círculos de natureza académica ou política. Mas ainda assim o estereótipo de áreas rurais como territórios agro-florestais e homogéneos permanece vivo no mapa cognitivo de muitos decisores políticos, técnicos e empresários, com implicações importantes no que se refere à formulação de estratégias e políticas de desenvolvimento para essas áreas.

Neste texto procura-se esclarecer a relação entre espaços rurais e perfis económicos, levando sucessivamente em conta dois aspectos: os factores gerais de unidade e diversidade das áreas rurais enquanto contextos territoriais de desenvolvimento económico, e as recentes trajectórias-tipo de evolução económica em meio rural. O objectivo é produzir sugestões úteis para a formulação de políticas mais ajustadas à diversidade do mundo rural contemporâneo.

Os comentários que se seguem resultam de um conjunto de entrevistas em profundidade realizadas a cerca de 150 líderes de entidades privadas, associativas e públicas de 10 regiões distribuídas por 5 países da União Europeia. Pretendeu-se averiguar a diversidade de representações sobre a relação áreas rurais/perfil económico entre responsáveis por instituições que, pelo seu carácter inovador, capacidade de influência ou poder regulador, constituem referências de decisão e acção para outros agentes importantes para o desenvolvimento dessas áreas. A análise comparativa internacional, ao introduzir de forma explícita diferenças de ordem institucional, cultural e histórica, tem a vantagem de tornar mais robusta a identificação dos factores de unidade e diversidade das áreas rurais europeias, e das trajectórias-tipo de evolução económica verificadas nas últimas décadas.

A realização destas entrevistas em profundidade integrou-se num projecto mais vasto, sobre empreendedorismo e desenvolvimento em áreas rurais periféricas<sup>2</sup>. Os resultados gerais deste projecto podem ser vistos em Labrianidis (coord.), 2004. Este texto limita-se

<sup>1</sup> Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa, [Joao.ferrao@ics.ul.pt](mailto:Joao.ferrao@ics.ul.pt)

a apresentar e comentar os resultados obtidos no contexto de umas das tarefas coordenadas pela equipa portuguesa<sup>3</sup>. Caracterizam-se, tendo por base as entrevistas realizadas a interlocutores privilegiados, os factores de unidade e diversidade económica do mundo rural, primeiro de um ponto de vista estrutural e estático (Parte 1) e depois numa óptica evolutiva (Parte 2). Por último (Parte 3), apresentam-se alguns comentários de síntese visando a formulação de políticas mais sensíveis aos factores de unidade e diversidade do mundo rural enquanto contexto territorial de desenvolvimento económico.

## 1. ÁREAS RURAIS: UNIDADE E DIVERSIDADE

De forma a captar e sistematizar as representações de líderes empresariais, técnicos e políticos das 10 regiões de estudo (ver Quadro 1) sobre os espaços rurais como contextos de desenvolvimento económico, foram realizadas cerca de 15 entrevistas em cada área. Entrevistaram-se dois conjuntos de actores: i) empresários inovadores identificados a partir de um Inquérito aos Empresários aplicado numa fase anterior do projecto ou sugeridos por interlocutores privilegiados locais, abrangendo os sectores mais relevantes da actividade económica e distintos tipos de áreas rurais, e ii) entidades públicas e associativas com um papel importante para a dinâmica empresarial da área de estudo. O Quadro 2, relativo às duas áreas de estudo portuguesas, exemplifica o perfil de agentes entrevistados.

Quadro 1. Áreas de estudo

Países	Regiões
Alemanha	Nordwestmecklenburg Waldshut
Grécia	Kilikis Lesvos
Polónia	Bialystok Zary
Portugal	Margem Esquerda do Guadiana Oeste
Reino Unido	Cumbria Devon & Cornwall

A análise dos resultados das entrevistas exige três comentários prévios.

Em primeiro lugar, é necessário ter presente que as empresas entrevistadas foram seleccionadas pela sua natureza inovadora, pelo que não são necessariamente representativas das respectivas regiões. Em segundo lugar, convém lembrar que as representações e opiniões dos entrevistados nem sempre possuem uma base objectiva, empiricamente verificável. Finalmente, importa sublinhar que os comentários reflectem experiências pessoais muito ricas em determinados aspectos mas por vezes surpreendentemente limitadas em domínios mais afastadas do quotidiano dos entrevistados.

<sup>2</sup> Projecto FERP - *The Future of Europe's Rural Periphery: The Role of Entrepreneurship in Responding to Employment Problems and Social Marginalisation*, 5º Programa-Quadro da Comissão Europeia (HPSE-CT-1999-00013), coordenado por Lois Labrianidis, da Universidade da Macedónia, Salónica, Grécia.

<sup>3</sup> João Ferrão, geógrafo, do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, e Raul Lopes, economista, e Maria de Fátima Ferreiro, socióloga, ambos do ISCTE. Os resultados de outras tarefas também da responsabilidade da equipa portuguesa podem ver-se em Ferrão e Lopes (2003), Ferrão e Lopes (2004) e Ferrão, Ferreiro e Lopes (2004).

Os resultados das entrevistas são, por isso, subjectivos, selectivos e enviesados, afastando-se dos pressupostos de informação perfeita e de decisões racionais subjacentes às abordagens do racionalismo científico. Mas, dada a relevância social e simbólica dos entrevistados, é precisamente este facto que confere às narrativas e aos discursos captados um interesse estratégico para a formulação de políticas públicas adequadas às expectativas e capacidades dos actores locais e das entidades com intervenção directa em cada uma das áreas de estudo. Ouvir e entender os agentes privados, associativos e públicos mais inovadores de uma região permite perceber melhor qual pode – ou deve – ser a trajectória de desenvolvimento dessa área nos próximos anos.

Quadro 2. Entidades entrevistadas nas áreas de estudo portuguesas

Tipos de entidades entrevistadas	Região Oeste (concelhos do Bombarral e do Cadaval)	Concelhos da Margem Esquerda do Rio Guadiana
Empresas inovadoras (por sectores de actividade)	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Agricultura e pecuária (produção e comercialização): 3</li> <li>· Transformação de produtos agrícolas e pecuários: 1</li> <li>· Outras indústrias transformadoras: 3</li> <li>· Empresas de serviços (incluindo turismo rural): 1</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Agricultura e pecuária (produção e comercialização): 3</li> <li>· Transformação de produtos agrícolas e pecuários: 2</li> <li>· Outras indústrias transformadoras: 2</li> <li>· Empresas de serviços (incluindo turismo rural): 3</li> </ul>
Instituições	<ul style="list-style-type: none"> <li>· ADRO – Associação de Desenvolvimento da Região Oeste</li> <li>· Associação dos Agricultores do Oeste</li> <li>· Caixa de Crédito Agrícola Mútuo</li> <li>· Câmara Municipal do Cadaval</li> <li>· Leader Oeste</li> <li>· Região de Turismo do Oeste</li> <li>· Zona Agrária</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>· ADRAL – Associação de Desenvolvimento Regional do Alentejo</li> <li>· Associação de Desenvolvimento Local Rota do Guadiana</li> <li>· CGTP – Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses</li> <li>· Comissão de Coordenação da Região Alentejo</li> <li>· Escola Superior Agrária</li> <li>· IAPMEI – Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento</li> <li>· NERBE – Núcleo Empresarial da Região de Beja</li> <li>· Intervenção Desconcentrada do Emprego, Formação e Desenvolvimento Social do Alentejo</li> <li>· Programa INTERREG III</li> </ul>

Quadro 3. Áreas Rurais: Principais factores de unidade e diversidade de acordo com as entrevistas realizadas

	Factores de unidade	Factores de diversidade
Principais oportunidades	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Ambiente natural e qualidade de vida</li> <li>· Fluxos migratórios: transferência de população urbana para áreas rurais (população em idade activa e reformada)</li> <li>· Tecnologias de informação e comunicação como forma de ultrapassar restrições resultantes de localizações remotas</li> <li>· Custos de produção baixos (salários e preço do solo)</li> <li>· Impacto positivo dos estilos de vida urbana na expansão dos mercados locais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Localização /condições físicas/ acessibilidade</li> <li>· Densidade populacional, estrutura do povoamento</li> <li>· Estrutura sócio-económica</li> <li>· Dotação de infra-estruturas técnicas</li> <li>· Capacidade institucional</li> <li>· Propensão ao risco e à cooperação, capacidade de inovação</li> </ul>
Principais ameaças	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Mudanças estruturais das actividades tradicionais</li> <li>· Emigração</li> <li>· Envelhecimento e diminuição da população</li> <li>· Polarização social dos rendimentos</li> <li>· Degradação ambiental</li> <li>· Impacte negativo dos estilos de vida urbana em relação à cultura local e à identidade regional</li> <li>· Escassez de competências técnicas, emprego sazonal, insuficiência de jovens aprendizes</li> <li>· Alterações na Política Agrícola Comunitária</li> <li>· Concorrência por parte dos países menos desenvolvidos</li> <li>· Deslocalização de empresas industriais</li> <li>· Escassez de terreno infra-estruturado para actividades industriais e comerciais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Desenvolvimento do capital humano e mobilidade do trabalho</li> <li>· Disponibilidade de capital, intensidade do investimento</li> <li>· Dimensão do mercado local</li> <li>· Estrutura empresarial, competências empresariais e experiência de gestão</li> <li>· Oferta local de bens e serviços</li> <li>· Disponibilidade de apoios públicos</li> <li>· Regulação do uso e ocupação do solo e da paisagem</li> <li>· Oportunidades de emprego</li> <li>· Nível de produtividade</li> <li>· Níveis de rendimento e de riqueza</li> </ul>

Apesar da grande diversidade das respostas obtidas ao longo das entrevistas (Quadro 3), elas confirmam, no essencial, os factores de unidade e diferenciação das áreas rurais já identificados com base no Inquérito às Empresas realizado numa fase anterior do projecto de investigação em que esta análise se integra.

Contudo, as entrevistas permitem contextualizar de forma mais clara os resultados actuais em trajectórias de evolução, tanto das regiões como das organizações. E verificar em que medida umas e outras se influenciam reciprocamente. É assim possível identificar em que situações um determinado processo evolutivo produz efeitos de bloqueio ou, pelo contrário, induz círculos virtuosos de desenvolvimento. É também possível identificar indícios de situações que, embora actualmente muito minoritárias e por isso ainda sem visibilidade estatística, parecem representar exemplos relevantes para o futuro das áreas rurais.

## 2. Áreas rurais: Trajectórias de evolução e potenciais de mudança

O esquema da Figura 1 tenta representar, de forma necessariamente simplificada, o essencial das trajectórias de evolução recente de diferentes tipos de áreas rurais, tendo por base as 10 regiões estudadas.

No esquema proposto aceita-se que a tipologia de áreas rurais baseada na trilogia áreas remotas/acessíveis/semi-urbanas, proposta em diversas publicações institucionais (por exemplo, OCDE 1993) e estudos académicos (por exemplo, Champion, Monnesland e Vandermotten 1996), constitui um ponto de partida relevante, embora insuficiente. Na verdade, a localização das áreas rurais em relação aos principais mercados e aos principais eixos de acessibilidade nacional e internacional representa um factor que condiciona bastante a sua evolução. Mas o efeito de localização deve ser ponderado por outros aspectos, sobretudo pela história e pelo perfil económico de cada região, isto é, pela sua trajectória de desenvolvimento.

Consideraram-se quatro situações-tipo de base:

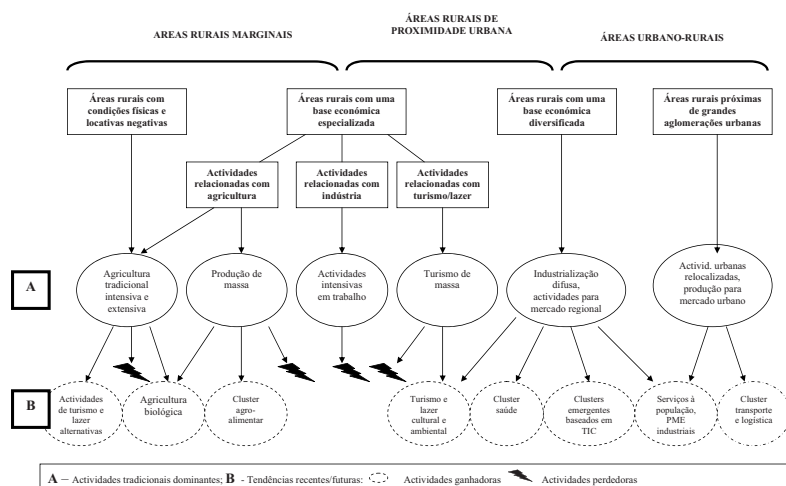
a) *Áreas rurais com más condições físicas e de acessibilidade*: correspondem basicamente a regiões de montanha ou de relevo adverso, com baixa densidade demográfica e condições de vida desfavoráveis; incluem, igualmente, algumas áreas de fronteira;

b) *Áreas rurais com uma base económica especializada e em transformação profunda*: correspondem a áreas com características muito diversificadas em termos de localização e de condições de vida, mas que têm em comum o facto de incluírem situações de declínio estrutural ou intensa reestruturação de actividades anteriormente prósperas: agricultura, indústrias extractiva e transformadora, turismo;

c) *Áreas rurais com uma base económica diversificada*: correspondem a regiões que, por razões acidentais ou de localização relativa, basearam o seu desenvolvimento em actividades diversificadas, muitas vezes a partir de um mercado regional dinâmico que criou condições para o crescimento e a diversificação das empresas locais a partir da conquista de mercados externos;

d) *Áreas rurais próximas de aglomerações urbanas de dimensão relevante*: correspondem a regiões funcionalmente integradas em lógicas de desenvolvimento urbano e sobretudo metropolitano; têm uma base económica diversificada, que beneficia da proximidade de um grande mercado consumidor e, ainda, do facto de atraírem actividades em busca de espaço e mão-de-obra a preços mais baixos.

Figura 1. Área rurais: situações-tipo e principais trajectórias de evolução



Estas quatro situações-tipo complementam a trilogia áreas rurais remotas / acessíveis / semi-urbanas. Elas não negam que a localização em relação aos principais mercados seja importante, mas sublinham que este não é o único factor a condicionar as características actuais e futuras da base empresarial e económica de uma dada região. É verdade que a localização mais ou menos periférica de uma determinada área influencia o seu perfil económico. Mas a sua história é igualmente importante, pelo que não há lugar a leituras deterministas baseadas apenas na distância aos mercados.

A análise dos processos de evolução é crucial para entender as características do actual perfil produtivo de cada área rural e o seu potencial desenvolvimento. É por isso importante tentar reconstituir as trajetórias de evolução associadas a cada uma das situações-tipo acima referidas.

Nas áreas rurais com más condições físicas e de localização prevaleceram historicamente formas tradicionais de agricultura, tanto intensiva como extensiva, geralmente de base familiar e camponesa. A regressão demográfica verificada nestas regiões tem levado a substituir áreas agricultadas por formas menos intensivas em trabalho humano (florestação, por exemplo). Caso se mantenham as tendências de emigração e envelhecimento verificadas nas últimas décadas, muitas destas áreas ficarão totalmente despovoadas, umas transformadas em parques naturais, outras pura e simplesmente abandonadas.

As entrevistas realizadas nas áreas de estudo com características deste tipo permitiram identificar dois tipos de actividades com potencial de desenvolvimento:

- . actividades de turismo e lazer alternativas aos tradicionais destinos de verão baseados nos produtos sol e praia (centros de desportos radicais de montanha, como *rafting*, *tracking* ou passeios de BTT, centros de férias de Inverno, etc.);
- . agricultura baseada na conversão orgânica de práticas convencionais.

Estes dois tipos de actividades podem facilmente relacionar-se entre si, como sucede nas iniciativas de agro-turismo.

As áreas rurais com uma base económica especializada – agricultura, minas, indústria transformadora, turismo – caracterizam-se pela exploração intensiva de recursos locais,

naturais e humanos, em que essas regiões possuem uma dotação particularmente favorável. Os resultados dessas actividades foram muitas vezes devastadores, não só pela exaustão dos recursos explorados mas também pela destruição ambiental e cultural que provocaram. À exaustão dos recursos e aos efeitos colaterais da sua exploração adiciona-se ainda, muitas vezes, o declínio estrutural da actividade e a crescente concorrência de países menos desenvolvidos, com salários mais baixos e legislação menos exigente nos domínios ambiental e social.

Em termos genéricos, estas áreas rurais confrontam-se com três cenários de evolução possíveis: persistência do mesmo tipo de actividade e de comportamento empresarial, com inevitável degradação das condições ambientais e da qualidade de vida da população local; persistência do mesmo tipo de actividade, mas agora integrada numa cadeia de valor regional mais ampla e qualificada, com conquista de novos mercados, exigentes e especializados; reconstrução total da anterior base económica.

Os resultados das entrevistas revelam a necessidade de evitar o primeiro cenário e a reduzida plausibilidade do terceiro. Importa, por isso, investigar em que medida é possível estimular a concretização do segundo cenário. A evolução depende, obviamente, da actual especialização económica:

. *áreas especializadas em produção agrícola de massas*, tanto intensiva como extensiva: desenvolvimento de produção agrícola orgânica e de *clusters* agro-alimentares orientados para mercados exigentes no que se refere à qualidade e autenticidade do produto;

. *áreas especializadas em actividades turísticas de massas*: desenvolvimento de *clusters* de turismo e lazer baseados na exploração de amenidades e do património local e orientados para públicos-alvo especializados (turismo ambiental, cultural, etc.);

. *áreas especializadas em indústrias extractivas e transformadoras intensivas em trabalho*: a conversão das actividades existentes é, nestes casos, bastante mais difícil, exigindo programas especiais de apoio à reestruturação da economia local; em certa medida, a evolução deste tipo de áreas aproxima-se do terceiro cenário acima identificado.

A requalificação da especialização existente pressupõe, em qualquer dos casos, uma maior diversificação da base económica da região: por um lado, como consequência do desenvolvimento de conjuntos de actividades interrelacionadas, e não apenas de um segmento específico da cadeia de valor, como sucedia anteriormente; por outro lado, porque o aumento do nível de vida das comunidades locais estimula a expansão de serviços pessoais e sociais mais especializados. Os programas de apoio à diversificação das explorações agrícolas – na própria exploração e no seu exterior – exemplificam este tipo de trajectória de evolução.

As *áreas com uma base económica diversificada* distinguem-se entre si em função de dois factores principais: acessibilidade e qualidade de vida. Uma boa acessibilidade aos mercados nacional e internacional e a preservação de um ambiente rural de qualidade constituem aspectos essenciais para reter pessoas e empresas e para atrair investidores e residentes provenientes de áreas urbanas onde as condições de vida se tornam cada vez menos favoráveis.

Embora a diversidade da base económica se possa associar a realidades com graus distintos de competitividade e sustentabilidade, este tipo de áreas apresentam, em geral, melhores condições de desenvolvimento que as anteriores. A existência de um mercado regional dinâmico e a capacidade de atrair “imigrantes” urbanos com perfis sociais e económicos diferenciados contribuem para uma evolução positiva que, sendo significativa, não induz uma ruptura com a realidade preexistente.

Os resultados das entrevistas realizadas nas 10 áreas de estudo identificaram três *clusters* emergentes principais:

. *cluster turismo e lazer*, envolvendo actividades tão distintas como o agro-turismo, os parques temáticos, a restauração regional, as diferentes formas de turismo activo (equitação, cicloturismo, etc.), actividades ambientais, culturais e desportivas para estudantes, deslocalização de museus a partir das grandes cidades, etc; o objectivo, nestes casos, é evoluir de um turismo sazonal, limitado à época estival, para um mercado activo ao longo de todo o ano;

. *cluster saúde e bem-estar*, reflectindo a crescente procura deste tipo de serviços decorrente do aumento do poder de compra e do envelhecimento das populações locais, mas também da instalação de casas de saúde e outras unidades privadas de apoio à população idosa de origem urbana; nalguns casos – termas, por exemplo – as actividades do *cluster* saúde e bem-estar relacionam-se com actividades do *cluster* turismo e lazer;

. *clusters de áreas empresariais inovadoras*: i) sector das tecnologias da informação e comunicação: design gráfico, software para computadores, web design, comunicações, multimédia, televisão e vídeo, envolvendo empresas de reduzida dimensão e não raro sedeadas na própria residência dos seus proprietários; ii) tecnologias de energias renováveis e ambientais, especialmente nas áreas da biotecnologia e da química; iii) tecnologias marítimas.

Paralelamente, desenvolvem-se serviços pessoais, PME industriais e empresas comerciais como reflexo do dinamismo do mercado regional e da melhoria do perfil de qualificações dos recursos humanos e das infra-estruturas de telecomunicações.

Finalmente, as *áreas próximas de aglomerações urbanas* tenderão a acentuar a sua dependência em relação a esses centros. A melhoria das comunicações e a saturação e os custos crescentes observados nos espaços urbanos alargam a área de influência directa dessas aglomerações. Este aumento da pressão urbana tem consequências contraditórias sobre as áreas rurais. Por um lado, facilita o acesso ao grande mercado consumidor e a deslocalização de um maior número de pessoas e empresas para áreas rurais acessíveis. Ao mesmo tempo, contudo, contribui para agravar os preços no mercado imobiliário e no mercado de trabalho das regiões rurais receptoras, podendo estimular posteriores deslocalizações para áreas mais distantes. E contribui ainda, não raro, para a descaracterização das áreas rurais, crescentemente suburbanizadas.

A evolução deste tipo de áreas rurais é bastante imprevisível, dependendo largamente do tipo de relações que se estabelecerem com a cidade próxima e da eficiência dos instrumentos de regulação de ocupação e uso do solo. As regiões analisadas mostram que, para além do desenvolvimento de actividades diversificadas promovido pela conjugação dos efeitos de expansão do mercado regional e de influência do mercado urbano próximo, existe um *cluster* particular com forte potencial de desenvolvimento:

. *cluster transportes e logística*: a proximidade de um importante centro de consumo, as boas condições de acessibilidade e mobilidade, e a disponibilidade de espaço explicam o desenvolvimento de um conjunto de actividades relacionadas com a armazenagem e distribuição de produtos, tanto mais complexas quanto maior e mais diversificada for a aglomeração urbana.

Em suma, os resultados das entrevistas realizadas nas 10 áreas de estudo confirmam que o factor *perifericidade*, sendo importante para explicar a existência de diferentes perfis produtivos em áreas rurais, é particularmente relevante em situações extremas: áreas rurais remotas com condições físicas e locativas negativas (efeito “isolamento”) e áreas rurais próximas de aglomerações urbanas (efeito “proximidade”). Deverá, por isso, ser

complementado por factores relativos ao tipo de base económica prevalecente em cada região: a sua natureza (especializada vs. diversificada), as actividades dominantes (em declínio estrutural vs. emergentes) e a sua organização (segmentada vs. *clusters*), a orientação de mercado predominante (regional vs. nacional e internacional), etc.

A tipologia de áreas rurais proposta procura, assim, articular dois critérios principais – perifericidade e base económica – em torno de um *número restrito de situações-tipo* consistentes do ponto de vista analítico e relevantes em termos prospectivos, na medida em que leva em conta a história recente de cada um dos tipos de regiões mas também o seu futuro próximo, a partir da identificação de actividades emergentes na região ou em regiões comparáveis. Evita-se, assim, uma visão essencialista da ruralidade, procurando-se relacionar o que *cada região rural actualmente é*, em função da sua história recente, com o que *essa região poderá vir a ser* no futuro próximo, em função da capacidade de se explorar adequadamente o seu potencial.

Esta visão evolutiva da ruralidade em geral (factores de unidade) e de cada tipo de área rural em particular (factores de diferenciação) permite uma *maior adequação* entre o *tipo de trajetória de desenvolvimento que se pretende estimular* e o *tipo de políticas a apoiar em cada caso*, sem perder de vista a *natureza particular do conjunto do mundo rural*.

### 3. PREPARAR A MUDANÇA ECONÓMICA: CONTRIBUTOS PARA NOVAS ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO EM ÁREAS RURAIS

A análise dos resultados das cerca de 150 entrevistas realizadas nas 10 áreas de estudo permite sublinhar três aspectos importantes para uma formulação mais adequada de políticas de apoio ao fortalecimento da base económica das regiões rurais.

#### *. Representações sobre o mundo rural*

A visão integrada e sistémica do mundo rural é hoje partilhada por um número significativo de empresários e actores institucionais, mas está longe de ser consensual ou até dominante em todas as regiões estudadas.

A visão sectorial, baseada em actividades relacionadas com a agricultura, mantém-se ao nível das representações individuais e mesmo da formulação de algumas das políticas de apoio ao desenvolvimento rural. A persistência deste tipo de visão parece correlacionar-se positivamente com o grau de subdesenvolvimento das regiões: em áreas onde a agricultura mantém uma importância social, económica e simbólica elevada e onde os efeitos dos valores e dos estilos de vida urbanos são menos intensos, a identificação do mundo rural com realidades centradas na natureza e na agricultura é ainda muito significativa. Por estas razões, as áreas rurais são vistas como opondo-se às áreas urbanas.

Pelo contrário, nos países e nas regiões mais desenvolvidos a preservação ambiental e a qualidade de vida são consideradas como factores estratégicos para estimular a criação e a atracção de um leque mais diversificado de actividades, geridas por indivíduos com níveis de escolaridade elevados ou médio-elevados. Nesta concepção, não existe uma oposição radical entre rural e urbano. Por um lado, porque se admite que as áreas rurais estão cada vez mais urbanizadas do ponto de vista social e cultural. Por outro lado, porque se reconhece que existe um número crescente de situações em que deixou de ter sentido tentar estabelecer uma delimitação rígida entre espaços rurais e urbanos com base em critérios convencionais de natureza morfológica e funcional.

#### *. Comparações internacionais: factores de unidade e diversidade*

A produção de tipologias aplicáveis a diferentes países pressupõe a definição de um quadro de referência supranacional baseado em critérios simples e comparáveis e a



existência de um núcleo partilhável de factores explicativos. Para a questão em debate neste texto – a relação dinâmica entre tipos de áreas rurais e perfis económicos – os resultados obtidos sugerem a relevância de três factores tendencialmente generalizáveis, pelo menos no contexto europeu: acesso aos principais mercados (integração física e funcional em espaços mais vastos), base económica (estrutura empresarial e sectores de actividade) e actores-chave (capacidades e competências individuais, institucionais e colectivas).

Ao mesmo tempo, a comparação internacional contribui para relativizar alguns juízos de valor e categorias analíticas pertinentes a nível nacional. Por exemplo, os processos de globalização, em geral, e a consolidação do mercado europeu, em particular, significam que a perifericidade de uma região se define, hoje, simultaneamente em termos nacionais e internacionais. Os resultados obtidos confirmam plenamente esta afirmação. Isto significa que muitas regiões rurais periféricas dos países mais desenvolvidos são certamente menos “periféricas” do que as regiões rurais centrais de países periféricos. E este facto não poderá deixar de se reflectir no desenho das políticas a propor em cada um dos casos.

*. Políticas de reforço da base económica das áreas rurais*

Uma das prioridades das políticas de desenvolvimento rural é estimular e apoiar mudanças estruturais na base económica de cada uma das regiões. Os resultados desta investigação sugerem que a formulação dessas políticas deve levar em conta os factores de unidade (componente estrutural) e diversidade (componentes nacional e regional) do mundo rural, considerar as regiões rurais no contexto das respectivas trajetórias de evolução (transformação ao longo do tempo das características internas e do relacionamento com o exterior), procurar valorizar estratégias de diferenciação regional a partir dos recursos físicos e imateriais em que cada região apresenta um maior potencial competitivo, dosear a componente de valorização do potencial endógeno e a componente de estímulos provenientes do exterior em função das características de cada região e, por último, combinar de forma diferenciada estratégias de reestruturação, preservação, diversificação, qualificação e apoio à emergência de novas iniciativas e *clusters* de actividades.

## Referências Bibliográficas

- CHAMPION, T., MONNESLAND, J. e VANDERMOTTEN, C., “The New Regional Map of Europe”, *Progress in Planning*, Volume 46, Part 1. Londres, 1996.
- FERRÃO, João e LOPES, Raul, “Understanding Peripheral Rural Areas as Contexts for Economic Development” in Lois Labrianidis (Coord.), *The Future of Europe's Rural Peripheries*, Ashgate, Aldershot, pp. 31-61, 2004.
- FERRÃO, João, FERREIRO, Maria de Fátima e LOPES, Raul, “Entrepreneurship and Innovation in Two Contrasting Portuguese Rural Areas” in Lois Labrianidis (Coord.), *The Future of Europe's Rural Peripheries*, Ashgate, Aldershot, pp. 247-70, 2004.
- LABRIANIDIS, Lois (Coord.), *The Future of Europe's Rural Peripheries*, Ashgate, Aldershot, 2004.
- OCDE, *What Future for Our Country? A Rural Development Policy*, Paris, OCDE, 1993.

